

## INTERPRETAÇÃO

= Extrair o sentido da norma.

### Tipos:

#### QUANTO À ORIGEM (Fonte)

1. Legislativa/autêntica
  - Pelo autor da norma
  - Vem na própria lei ou em uma nova
2. Judicial (Para esclarecer)
  - Pelos órgãos do Judiciário, no exercício da jurisdição
3. Administrativa
  - Pela Administração Pública
4. Doutrinária
  - Por estudiosos do Direito (Não é de observância obrigatória)
  - A **exposição de motivos** do C.P. é considerada interpretação doutrinária.

#### QUANTO À FINALIDADE (Efeito ou resultados)

1. Declaratória
  - Coincide com o que o legislador pretendia dizer
  - Dispensa correções interpretativas do alcance normativo.
2. Extensiva
  - Legislador diz menos do que { podia devia
3. Restritiva
  - Legislador diz mais do que { podia devia

#### QUANTO AO MEIO

1. Gramatical/literal/semântica
  - Análise das palavras
  - Método restrito (Não deve ser usado isoladamente)
2. Finalista/teleológica
  - Busca entender o fim almejado pelo legislador
3. Analógica
  - Uso de comparações.

## ANALOGIA

- Técnica de **integração** → para suprir a falta de uma lei.
- O aplicador do Direito se vale de uma **outra norma** (parecida) de modo a aplicá-la ao caso concreto.
- A analogia **nunca** pode ser utilizada para **prejudicar o réu**, apenas para favorecê-lo.

disposições  
preliminares  
do C.P.  
INTERPRETAÇÃO  
= E INTEGRAÇÃO =

➔ Somente nos casos em que a lei estabeleça uma fórmula casuística (um exemplo) e criminalize situações idênticas (fórmula genérica).

## CONTAGEM DE PRAZOS

- Dia do **começo** → inclui-se no cômputo do prazo (independentemente do horário em que ocorrer a entrada).
- Contam-se
  - dias
  - meses
  - anos pelo **calendário comum** (Gregoriano)

Ex.: pena de 1 mês, se iniciada dia 5, estará extinta no dia 4 do mês seguinte (independentemente de o mês ter 28, 29, 30 ou 31 dias)

Também não importa se o ano é bissexto ou não.

## FRAÇÕES NÃO COMPUTÁVEIS DE PENA

- Desprezam-se nas penas:
- - privativas de liberdade
  - restritivas de direitos → as frações de **dia**
- De multa → as frações de **cruzeiro** (Atualmente = real)

## EFICÁCIA DA SENTENÇA ESTRANGEIRA

- Sentença estrangeira pode ser **homologada no Brasil** para: (Pelo STJ)
  1. Obrigar o condenado a:
    - reparação de dano
    - restituição
    - outros **efeitos civis**→ Sua homologação depende de **pedido da parte interessada**
  2. Sujeitá-lo à **medida de segurança** → Sua homologação depende de:
    - Existir tratado de extradição com o país ou
    - Requisição do Ministro da Justiça

### SÚMULA 420 DO STF:

"Não se homologa sentença proferida no estrangeiro sem prova do trânsito em julgado"

- **Não** há possibilidade de homologação de sentença penal estrangeira para fins de cumprimento de **pena**. (É ato de soberania do Estado)
- A condenação anterior por crime (No Brasil ou no estrangeiro) gera reincidência. (Não é necessária homologação)

disposições  
preliminares  
do c.p.

## ASPECTOS GERAIS

- Quando duas ou mais **normas penais**, igualmente vigentes, são aparentemente **aplicáveis à mesma situação**.

São solucionados através da aplicação de princípios (critérios)

## PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE

Norma especial X Norma geral

**Prevalece!**

- Não interessa qual norma impõe uma pena mais branda ou gravosa.
- O Código Penal aplica-se **subsidiariamente** aos crimes previstos em lei especial.

## PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO (ABSORÇÃO)

- Um fato criminoso **absorve** os demais  
O agente responde apenas por este e não pelos demais

### HIPÓTESES

- Crime progressivo**: o agente, querendo praticar um crime, necessariamente tem que praticar um crime menos grave.  
Ex.: lesão corporal → homicídio  
Só o crime **mais grave** é punido.
- Progressão criminosa**: durante a empreitada, o agente **altera seu dolo**. Responde apenas pelo mais grave.  
Só o crime **mais grave** é punido.
- Antefato impunível**: o agente pratica fatos que estão na mesma linha causal do **crime principal**.  
Ex.: invasão de domicílio → furto  
Só o crime **principal** é punido.
- Pós-fato impunível**: o agente pratica fatos criminosos, mas considerados exaurimento ou desdobramento natural do crime praticado.  
Ex.: furto → dano  
Impunível.  
Só o **primeiro** crime é punido.

*disposições  
preliminares  
do c.p.*  
**= CONFLITO APARENTE  
DE NORMAS PENAIS =**

# DISPOSIÇÕES PRELIMINARES do C.P.

= CONFLITO APARENTE  
DE NORMAS PENAIS =

## PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE

- Uma norma é mais abrangente que a outra.
- Pode ser
  - expressa → "se o fato não constitui crime mais grave"
  - tácita
- Ex.: crime de dano X crime de furto qualificado  
(= Norma subsidiária) pelo rompimento de obstáculo  
(= Norma primária)

Aplicada quando nenhuma norma mais grave for aplicável (primária)

## PRINCÍPIO DA ALTERNATIVIDADE

- Uma mesma norma descreve **diversas condutas** que são criminalizadas → a prática de qualquer uma delas já consuma o delito.
- A prática de mais de um deles, no mesmo contexto fático, não configura mais de um crime.
- = Tipos mistos alternativos.